

fué en la realidad social más rápido de lo que podrían hacer pensar las fuentes jurídicas.

Aquí vemos el caso de una mujer *sui iuris* de cuyos tutores no se dice una palabra. El caso debía de ser corriente, y más con el enrarecimiento de los matrimonios *cum manu*. La costumbre de dejar en el testamento una *optis tutoris* se haría cada vez más corriente. La tutela de los agnados, por otro lado, podría ser burlada con una *coemptio fiduciaria*. La vieja tutela se iba desmoronando. La mujer *sui iuris* sin tutor agnaticio o testamentario determinado, debería de optar, quizá en virtud de la *optio* concedida en el testamento, quizá también sin ella, por la interposición y ayuda de un Ebucio que se encargaba de sus negocios; al casarse, el marido se convertía, quizá por un nombramiento del pretor, quizá automáticamente, en tutor. Allí la calidad de tutor quedaría diluída en la de mandatario, aquí en la de marido; allí era inútil la resistencia del tutor cuando la mujer pedía su *auctoritas* y por eso acabaría por desaparecer tal requisito, aquí prevalecería la voluntad del marido, no en calidad de tutor, sino en la de marido, y de ahí procedería la situación actual de la mujer casada, pues el matrimonio actual, después de todo, procede del matrimonio *sine manu*. Si consideráramos al mismo tiempo que en ciertos casos los actos no autorizados por tutor fueron poco a poco adquiriendo valor pretorio (Cic., *ad fam.*, VII 21), llegaremos a la conclusión de que cuando Augusto concedió el *ius liberorum*, la tutela de la mujer no tenía ya más que un valor puramente formal.

ALVARO D'ORS PÉREZ-PEIX.

Madrid, 1941.

# BIBLIOGRAFIA

## INFORMACION BIBLIOGRAFICA

Después de estos años en los que nuestra comunicación con el público ha quedado interrumpida, y contando con la amabilidad de nuestros colaboradores extranjeros, podemos ofrecer una amplia información del movimiento científico en los principales países europeos.

Desde el número próximo reanudaremos esta sección en la forma acostumbrada de notas críticas.

Nuestro agradecimiento a los autores de estas notas informativas, por su prontitud en acceder a nuestra demanda, como por tantas otras muestras de atención de que nos han hecho objeto en los años duros que han pasado.

### BIBLIOGRAFIA HISTORICOJURIDICA PORTUGUESA DURANTE LOS AÑOS 1936 - 1939

*(Livros e artigos de Historia do Direito referentes a Portugal ou publicados neste país desde 1935.)*

AMZALAK (M. B.):

- I. Trois précurseurs portugais. Paris, 1935.

AZEVEDO (L. GONZAGA DE):

- II. O regalismo e a sua evolução em Portugal até ao tempo do P. Francisco Suárez (*Broteria*, vol. XXIV, 1935).
- III. Regimentos da Casa Real no tempo de Afonso III (*Broteria*, XXV, 1937).

BANDEIRA DE MELLO (A. DE T.):

- IV. O trabalho servil no Brasil. Rio de Janeiro, 1936.

BARROS (HENRIQUE DE):

- V. Mousinho da Silveira e a sua obra. (Cadernos da Seara Nova), 1936.

BRAGA DA CRUZ (G.):

VI. Algumas considerações sobre a "Perfilatio" (*Bol. da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1938).

BRÁSIO (PADRE ANTÓNIO):

VII. O "direito do Senhor" na Ribeira-Lima? (*Estudos*, 1940).

CABRAL DE MONCADA (L.):

VIII. Subsídios para uma história da filosofia do Direito em Portugal (sep. do *Bol. da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1938).

IX. Der deutsche Idealismus und die portugiesische Rechtsphilosophie (*Europäische Revue*, XIV, 1938).

X. O idealismo alemão na história da filosofia do Direito em Portugal (*Bol. do Instituto Alemão*, VIII, 1938).

XI. A actual crise do romanismo na Europa (*Boletim da Fac. de Direito*, XVI, 1939-40).

CAETANO (MARCELO):

XII. O Conselho Ultramarino (*O. Direito*, ano 69, Junho de 1937).

CAMPOS (FERNANDO):

XIII. O princípio corporativo através da história (sep. de *A. Nação Portuguesa*), 1936.

CARVALHO (A. L. DE):

XIV. "De vara na mão" (in *Portucal*, vol. XI, 1938).

XV. Os mestres de Guimarães, 1939.

CHAVES, (LUIS):

XVI. Os trabalhadores e a sua organização através da história (*Broteria*, 1936).

XVII. Os pelourinhos: elementos para o seu catálogo geral. Lisboa, 1939.

CORTESÃO (JAIME):

XVIII. Le traité de Tordesillas et la découverte de l'Amérique (Atti del XXIII Congr. Int. degli Americanisti, Roma, 1926). Tirage à part par l'Imp. nat. de Lisbonne, 1926, 54 págs.).

COSTA VEIGA:

XIX. Estudos de história militar. Lisboa, 1935.

CUNHA (PAULO):

XX. Relações entre a cultura jurídica italiana e a cultura jurídica portuguesa (*Estudos italianos em Portugal*, I, 1939).

CUNHA GONÇALVES:

XXI. Gil Vicente e os homens do fóro (*Gil Vicente*, volume comemorativo publ. pela Acad. das Ciências de Lisboa, 1939).

## GAMA BARROS:

XXII. Judeus e Mouros (*Revista Lusitana*, XXXIV, 1936).

XXIII. Extractos dum capítulo inédito publicados no *Boletim de Etnografia*, núm. 5, Lisboa, 1938.

## GONÇALVES GOMES (PADRE AGOSTINH):

XXIV. (tese—inédita?—sobre a bula de Alexandre VI. sustentada na Universidade Gregoriana em 1938).

## HAUSER (H.):

XXV. Le travail servile au Brésil (*Annales d'Hist. Economique*, X, 1938, página 309).

## LAMADRID (R. S. DE):

XXVI. La cátedra de Vísperas en Coimbra (siglos XVI-XVII): para la hist. del der. canon. post-tridentino (*Biblos*, XV, 1939).

XXVII. O tratado "De bello" do P. Luis de Molina (*Broteria*, XXX, 1940).

## LANGHANS (FRANZ-PALL):

XXVIII. Estudos de direito municipal. As Posturas. Lisboa, 1937.

## LEITE (SERAFIM):

XXIX. Os índios e o direito penal nas aldeias do Brasil (século XVI). *Broteria*, XXII, 1936.

XXX. A liberdade dos índios do Brasil (*Ocidente*, II, 1938, pág. 177.)

## MAGALHÃES GODINHO (V.):

XXXI. As cidades na Europa Medieval (*Seara Nova*, 1938).

## MARTINS (PEDRO):

XXXII. A doutrina da soberania popular segundo as côrtes de 1641, Lisboa, 1937.

## MARTINS DE ALMEIDA (JOSÉ):

XXXIII. Um capítulo da história económica: as corporações de artes e ofícios (sep. de *O Instituto*, vol. 91), 1937.

## MATA E SILVA:

XXXIV. Organização do trabalho através da história (conferência). Lisboa, 1938.

## MAURICIO (DOMINGOS):

XXXV. Portugal e o Censo à Santa Sé (*Broteria*, XXI, 1935).

## MEREA (P.):

XXXVI. Novos estudos de história do direito. Barcelos, 1937.

XXXVII. *Camera Cerrada* (*Revista Lusitana*, XXXV, 1937).

XXXVIII. João Pedro Ribeiro e a história do direito (*As Novidades*, 1938, 1.º de Janeiro).

XXXIX. O poder paternal na legislação visigótica (*Bol. da Faculdade de Direito de Coimbra*, 1939).

XL. A aclamação dos nossos reis (*Revista dos Centenários*, 1940).

XLI. Administração da terra portuguesa no reinado de Fernandò Magno (*Portucale*, 1940).

XLII. Direito romano, direito comum e boa razão (*Boletim da Fac. de Direito*, 1940).

XLIII. Sôbre as origens do Concelho de Coimbra (separata da *Revista Portuguesa de História*, I) (1940).

P. M. [MEREIA]:

XLIV. Uma livrança do ano de 1307 (*Boletim*, XIV, 1937-38).

XLV. Um manuscrito de Melo Freire (*Boletim*, XV, 1938-39).

XLVI. Um ano de história jurídica—1938— (*Boletim*, XV, 1938-39).

XLVII. Um ano de história jurídica—1938—aditamento (*Boletim*, XVI, 1939-40).

XLVIII. Um ano de história jurídica—1939— (*Boletim*, XVI, 1939-40).

MONTEIRO (ARLINDO):

XLIX. O jurisperito do se. XVII desembargador Diogo Guerreiro Camacho de Aboim e o autor do *Demetrio Moderno*, in *Petrus Nonius* (1940).

OLIVEIRA (PADRE MIGUEL DE):

L. As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação (*Revista de Guimarães*, n.º comerativo dos centenários), 1940.

PINTO LOUREIRO:

LI. A Casa dos vinte e quatro de Coimbra. Coimbra, 1937.

LII. Evolução político-administrativa dalguns concelhos da Beira (*O Instituto*, XCIV, 1939).

LII (A). A administração Coimbrã no século XVI (*Arquivo Coimbrão*, vols. IV e V).

LIII. Forais de Coimbra (Coimbra, 1940).

LIV. Trajo e insígnias dos vereadores (*Arquivo Coimbrão*, vol. V, 1940).

PRIETO (RAMÓN):

LV. La explotación rural del dominio de San Vicente de Oviedo en los siglos X al XIII (sep. do *Boletim da F. D. C.*), Coimbra, 1940.

QUEIROZ (FRANCISCO DE):

LVI. A obra de Gil Viecente vista por um jurista (*Biblos*, XIV, 1938).

QUEIROZ VELOSO:

LVII. Gama Barros (*Bull. d'Études Françaises en Portugal*, 1937, fasc. 2).

RAPOSO (HIPÓLITO):

LVIII. Direito e doutores na sucessão filipina (*Broteria*, 1938).

ROCHA MADAÍL:

LIX. O isento *Nullius Diocesis* de Santa Cruz de Coimbra (sep. do *Arquivo Coimbrão*, vol. V), 1940.

RODRIGUES (FRANCISCO):

LX. O "Doutor Exímio" [Francisco Suarez] na Universidade de Coimbra (*Broteria*, XXIV, 1937).

SCHÖNBAUER:

LXI. Vom Bodenrecht zum Bergrecht (sobre as *Leges Vipascenses*). *Zeit. der Savigny St. R. A.*, 55 (1935), pág. 183.

SOUZA SOARES (TORQUATO):

LXII. Subsídios para o estudo da organização municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média. Barcelos, 1935.

LXIII. A representação dos mesteres na Câmara do Porto durante o século XV (*Estudos*, ano XV, 1938).

LXIV. Henri Pirenne e o problema da origem das instituições municipais (*Biblos*, XV, t. 2, 1939).

TABORDA (VERGILIO) († 1938):

LXV. Maquiavel e antimachiavel. Coimbra, 1939.

VERLINDEN (CH.):

LXVI. Quelques aspects de l'histoire de la tenure au Portugal (extr. des *Recueils de la Société Jean Rodin*). Bruxelles, 1938.

LXVII. *A História da Expansão Portuguesa no Mundo* (em publicação desde 1937), contem varios capítulos que interessam à história jurídica (1).

A *Revista Portuguesa de História*, prestes a sair, conterá no seu tomo I (Coimbra, 1940), além do já citado artigo de Paulo Merêa, um estudo de T. de Souza Soares—Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista—e outros artigos e nótulas de história jurídica.

\* \* \*

Alem das obras que mais de perto respeitam à história do direito, indicaremos tambem algumas que indirectamente interessam a este ramo de saber: a escolha terá bastante de arbitrário, como não pode deixar de ser, mas procuraremos não omitir os trabalhos relativos a Portugal, cujo conhecimento seja de maior utilidade para os historiadores espanhóis.

(1) Eis alguns dos mais importantes:

RUI DE AZEVEDO (Cap. I da Introdução): *Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento...* (Vol. I.)

T. DE SOUZA SOARES (Cap. II): *Autonomia e organização* (vol. I.) DAVID LOPES: *Organização militar e civil dos lugares de Africa* (vol. I.)

## A) OBRAS GERAIS

LXVIII. AZEVEDO (Luis Gonzaga de): História de Portugal, I, 1935; II, 1939 (III vol. está no prelo).

LXIX. Em 1937 terminou a publicação da "História de Portugal" sob a direcção do Prof. Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 7 vols. (vol. I, 1928) + um de *Índices*.

História da Expansão Portuguesa no Mundo. Editorial Atica. Vide núm. LXVII.

## B) ORIGENS DE PORTUGAL

LXX. AZEVEDO (Luis Gonzaga de): Cit. "História de Portugal", LXVIII.

LXXI. COUTINHO (Bernardo X. da C.): Acção do Papado na fundação e independência de Portugal. 1939.

LXXII. MERÊA (Paulo): Mais algumas palavras sobre *Portucale* (*Portucale*, 1937).

LXXII (A). MERÊA (Paulo): Voltando à carga (*Portucale*, 1939).

LXXIII. PERES (Damião): Como nasceu Portugal. Barcelos, 1938.

LXXIV. PIMENTA (Alfredo): A data da fundação da nacionalidade, 1939.

LXXV. — Onde nasceu Portugal, 1940.

LXXVI. — A fundação e restauração de Portugal (conferência), 1940.

LXXVII. VIEIRA DE CASTRO (Luiz): A formação de Portugal. Funchal, 1938.

## C) HISTÓRIA ECONÓMICA, SOCIAL E ECLESIASTICA

LXXVIII. AMZALAK (M. B.): L'Académie Portugaise et les études économiques au Portugal. Lisboa, 1936.

LXXIX. Os economistas clássicos britânicos e o seus tradutores portugueses. 1937.

LXXX. AZEVEDO (Luis Gonzaga de): Depois das Côrtes de Coimbra de 1261 (*Broteria*, XX, 1935).

LXXXI. BARROS (Henrique de): Notas sobre a política agrária da segunda dinastia (*Seara Nova*, 1939).

LXXXII. CAETANO (Marcelo): O Sistema corporativo. Lisboa, 1938.

LXXXIII. CARQUEJA (Bento): A ciência económica do século XV (*Boletim da 2.ª classe da Acad. das Ciências de Lisboa*, XX, 1939).

LXXXIV. CIROT (Georges): Les juifs de Bordeaux; XI: Portugais et Avignonais (*Revue Hist. de Bordeaux*, 1938).

LXXXV. CORREIA (Francisco A.): Consequências económicas dos descobrimentos. Lisboa, 1937.

LXXXVI. FERREIRA NEVES: A marinha mercante de Aveiro no século XVI (Arquivo do Distrito de Aveiro, 1939).

LXXXVII. FERREIRA PINTO (Cónego A.): O cabido da Sé do Porto, 1940.

LXXXVIII. OLIVEIRA (P. Miguel de): História eclesiástica de Portugal. Lisboa, 1940.

LXXXIX. PRETO PACHECO (J.): O poder de compra da moeda portuguesa desde os começos da nacionalidade. Lisboa, 1938.

XC. RICARD (R.): Les places portugaises du Maroc et le commerce d'Andalousie (extr des *Annales de l'Inst. d'Études Orientales*, V). Paris, 1939.

XCI. RICARD (R.): Pour une étude du judaïsme portugais au Mexique pendant la période coloniale (ext. de la *Revue d'Histoire Moderne*, 1939). Paris, 1939.

XCII. RODRIGUES (Francisco): História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, vol. I, 1938.

XCIII. TEIXEIRA RIBEIRO: Lições de direito corporativo. I. Introdução. Coimbra, 1938.

XCIV. VASCONCELOS (Antonio de): O arcediagado do Vouga (sep. do Arquivo do Distrito de Aveiro), 1940.

### C) DIPLOMÁTICA

XCV. AZEVEDO (Rui de): Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra, Lisboa, 1935.

XCVI. — A chancelaria portuguesa nos séculos XII e XIII. Coimbra, 1938.

XCVII. PIMENTA (Alfredo): Notas de diplomática. 1939.

XCVIII. — Apostillas às Notas de Diplomática, 1939.

XCIX. — O nome de D. Afonso Henriques nos documentos medievais. 1939.

C. — As "Chancelarias medievais portuguesas" da Sra.<sup>a</sup> A. Reuter. 1940.

CI. REUTER (Abiah): Chancelarias medievais portuguesas. Vol. I: Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques. Coimbra, 1938.

CII. TOVAR (Conde de): Esfragística medieval portuguesa. Lisboa, 1937.

CIII. VASCONCELOS (Antonio): O selo medieval da Universidade. Coimbra, 1938.

### E) BRASIL

CIV. AMARAL (Luiz): História Geral da agricultura brasileira. 1939.

CIV (A) — FERREIRA REIS: As instituições do Brasil Colonial, Manãos, 1938.

CV. LEITE (Serafim): Os Jesuitas e os primeiros passos da indústria no Brasil (*Broteria*, XXIV, 1937).

CVI. — História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomos I e II. Lisboa, 1938.

CVII. LEMOS BRITO: Pontos de partida para a história económica do Brasil. Rio de Janeiro, 1938.

CVIII. ROCHA POMBO (M.): Os Pretos no Brasil. 1939.

CIX. SIMONSEN (Roberto): História económica do Brasil (1500-1820), 2 vols. São Paulo, 1938.

### F) VARIA

CX. A. E. BEAU: Die Geschichtsauffassung A. Herculanos (*Ibero Amerikan Archiv.*, X, 1936).

CXI. — Die Motive der Geschichtsschreibung bei A. Herculano (*Volkstum u-Kultur der Romanen*, IX, 1936).



- CXII. — Considerações sobre Alexandre Herculano e a historiografia alemã (*Boletim do Instituto Alemão*, VI, 1937).
- CXIII. — O conceito de história de Alexandre Herculano (*Biblos*, XII, 1938).
- CXIV. BLAKE (J. W.): *European beginnings in West Africa (1454-1578)*. N. York, 1937.
- CXV. COSTA VEIGA: *Questões históricas*. 1937.
- CXVI. CRUZ (Antonio): *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*. Coimbra, 1938 (1).
- CXVII. CORREIA PINTO (Cónego A.): *João Pedro Ribeiro, professor e cónego doutoral*. 1938.
- CXVIII. MAGALHAES BASTO (A.): *João Pedro Ribeiro e a historiografia nacional*. Porto, 1939.
- CXIX. MATTOS (Armando de): *Evolução histórica das armas nacionais portuguesas*. 1939.
- CXX. MELO DE MATOS (G. de): *A "Anticatástrofe" (separata do Arquivo Histórico de Portugal, vol. II)*. Lisboa, 1936.
- CXXI. — *Honra da Pátria (Broteria, XXVIII, 1939)*.
- CXXII. MERÊA (Paulo): *Para um glossário do nosso latim medieval (Biblos, 1940)*.
- CXXIII. SAMPAIO RIBEIRO (M.): *A destronação de el rei D. Alfonso VI e a anulação do seu matrimónio*. 1938.

## FONTES

As principais publicações de fontes *medievais* portuguesas durante o período 1935-1940 são:

- CXXIV. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones. Vol. I, pars. II, fasciculus VII*. Olisipone, 1936.
- CXXV. *Corpus Codicum... qui in Archivo municipali portucalensi asservantur. Vol. IV, "Livro 1.º das Chapas"*. Porto, 1938.
- CXXVI. *Cartulário do Mosteiro de Crasto (publ. por Alfredo Pimenta)*. Ed. do Arquivo Municipal de Guimarães, 1938.
- CXXVII. *Inquirições de D. Afonso II (no Arquivo do Distrito de Aveiro, 1936)*.
- CXXVIII. *Inquirições de D. Dinis na Beira (separata do Arquivo Histórico de Portugal)*. Lisboa, 1934-1935.
- CXXIX. MADAIL: *Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média (Biblos) (continuação)*.
- CXXX. *Documentos e memórias para a história do Porto. II, Vereações (1390-1395), com coment. de Magalhães Basto*. Porto, 1937.
- REUTER (A.): *Vide Supra, núm. CI*.

Está no prelo uma colecção, dirigida por Alberto Feio, de documentos relativos á cidade de Braga e respectivo distrito.

Em Novembro de 1938 a *Academia Portuguesa de História* (fundada pelo Dec-

(1) Comemorou-se em 1939 o centenário da morte de João Pedro Ribeiro.

Lei de 19 de Maio de 1936) nomeou uma comissão executiva incumbida das publicações documentais comemorativas da fundação da Monarquia. Essa Comissão propõe-se promover a publicação, desde já, dos diplomas das chancelarias de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques e dos documentos particulares, desde 1101 até 1200, existentes em arquivos portugueses, sob o título geral *Documentos Medievais Portugueses*. Iniciou-se o trabalho pelos documentos particulares, estando já impressas seis folhas (112 documentos) e contando-se com a publicação do primeiro fascículo dentro de breve praso, seguindo-se-lhe com pequeno intervalo o fasc. 1.º dos Documentos Régios. Pode dizer-se que esta colecção, embora independente, servirá de continuação á secção *Diplomata et Chartae* dos Port. Mon. Hist., interrompida ha muito tempo no ano de 1100.

Entre as publicações de fontes de época mais moderna apontaremos as seguintes:

CXXXI. Documentos e memórias para a história do Porto. Vol. V, Livro Antigo de Cartas e provisões, 1940.

CXXXII. Idem. Vol. VII: Forais manuelinos da cidade e termo do Porto, 1940.

CXXXIII. *Livro I da Correea* (Legislação quinhentista do Municipio de Coimbra). Coimbra, 1938.

Forais de Coimbra. Coimbra, 1940. Vid. n.º LIII.

CXXXIV. Forais novos da Beira (na revista *Arquivo Histórico Nacional*).

CXXXV. Forais novos de Aveiro. (*Ibid.*)

## TRABAJOS RELATIVOS A LA HISTORIA DEL DERECHO ESPAÑOL PUBLICADOS EN FRANCÉS DURANTE LOS AÑOS DE 1935-1940

CHARLES VERLINDEN.

Vamos a tratar en esta relación de un período poco abundante en producciones de lengua francesa tocantes a la historia del Derecho español. Aun en tiempos normales es sabido que los países del ámbito lingüístico francés no suministran a los estudios históricos jurídicos de la Península Ibérica una contribución muy abundante. Esto, empero, parece que los seis años que aquí nos interesan han llegado a batir una especie de *record*. En realidad, la explicación se encuentra, en parte, en los sucesos políticos que durante mucho tiempo impidieron las relaciones científicas regulares con España, turbando, en consecuencia, el horizonte intelectual de bastantes investigadores de lengua francesa. Añádase que la desaparición de la *Revue hispanique* y el fallecimiento de uno de sus principales directivos, Barrau-Dihigo, ha tenido por consecuencia privar a los estudios jurídicohistóricos españoles en Francia de uno de sus centros principales de propulsión. Ciertamente, siguen produciendo importantes trabajos bastantes filólogos e historiadores de la literatura; pero en el terreno de la Historia es imposible dejar constancia de un retroceso, aún más sensible para la historia del Derecho que para cualquier otro orden de investigación. Hoy carecen los países de lengua francesa de un Instituto

que irradie su fecundador influjo capaz de orientar las investigaciones hacia el pretérito jurídico, social y económico de la Península Ibérica y del sur de Europa en general.

Después de comprobar estas impresiones, algo pesimistas, señalemos, sin embargo, las diferentes vistas de conjunto, insertas generalmente en trabajos de mayor envergadura, relativos a las instituciones medievales españolas. En la magna *Histoire Générale*, dirigida por G. Glotz (París, *Presses Universitaires de France*), el tomo I de la *Histoire du Moyen Age* (1928-1935, XXV, 831 págs.) contiene dos capítulos, debidos a F. Lot, de interés para el historiador del Derecho hispánico. Uno de ellos trata de España desde los años 568 al 711 (págs. 233-253), dándonos en algunas páginas un buen resumen de las instituciones visigóticas. Más moderno, al menos para el público de lengua francesa, es el último capítulo del volumen, que trata de la España cristiana desde 711 al 1037. Sin discusión hay que reconocerlo como la más excelente exposición de conjunto redactada en francés sobre esta materia. Sobre todo en las páginas 751 y siguientes, consagradas a la realeza, la Iglesia, las clases sociales y la vida económica, la tensión del historiador del Derecho se sentirá atraída.

En el tomo IV, parte segunda de la misma obra (París, 1937, 403 páginas), el Sr. P. Guinard dedica 90 páginas a la reconquista cristiana en España desde la desmembración del Califato cordobés hasta la muerte de San Fernando (págs. 287-376). El último párrafo (págs. 358-376), bajo el título algo desdichado de *Traits principaux de la Castille et de l'Aragon*, presenta un esquema de la evolución de las instituciones y de la vida económica y social. Igual que el de Lot, la exposición de Guinard llena una laguna en la bibliografía histórica de lengua francesa. Sin embargo, algunas opiniones del autor hay que aceptarlas con precaución. Por ejemplo: en la página 363, nos parece dudoso que la Reconquista haya desarrollado paralelamente el poderío de la realeza y del feudalismo, y creemos que, ante todo, la fuerza de la Monarquía sale acrecentada de las luchas perennes contra los musulmanes. Tampoco estimamos exactas las definiciones (pág. 364) de los de la clase de los *Exaricos* y de la *cugucia* del Derecho catalán. Además, la fecha señalada al fuero de Jaca en la página 372 es muy discutible. Añadamos que la bibliografía no está puesta al corriente y con frecuencia ha sido mal elegida. Muestra de ello es haber utilizado Guinard la malísima *Geschichte der spanische gesetzquellen*, de V. Rauchhaupt, mientras ignora y desconoce el *Manual de Historia del Derecho español*, de Riaza y García Gallo. Tampoco está informado de la bibliografía alemana dedicada a diferentes puntos de la historia del Derecho español por la Escuela de Finke, y pasa por alto, v. gr., los *Aragonische Hofordnungen*, de Schwarz (1914), y el *Staat und Kirche in Katalonien und Aragon*, de Vincke (1931). Para un examen más minucioso de este trabajo y del de Lot recomendamos las recensiones críticas que les he dedicado en la *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* (t. XIV, 1935, págs. 1.395-1.401, y t. XVII, 1938, páginas 334-338).

Notemos también las páginas que Calmette, en el tomo VII, parte segunda de la misma colección (París, 1939, 646 págs.), consagra a las instituciones españolas desde 1380 a 1474; pero realmente trata de una manera casi exclusiva de las mismas en el reinado de los Reyes Católicos. Se encuentran tal cual otra in-

dicación esparcida en los capítulos intitulados *Histoire interne des Etats ibériques* (págs. 311-353), y una exposición sistemática para el reinado de Fernando e Isabel en las páginas 566 a 589. Estos párrafos, de agradable lectura, no siempre se hallan a la altura de las últimas investigaciones, sobre todo en lo tocante a Castilla.

Entre las exposiciones de alcance general señalaremos dos artículos publicados por mí sobre España en el siglo X, en la *Revue des Cours et Conférences* (París, 1936-37, págs. 123-41 y 261-78). El primero está consagrado a la España cristiana; el segundo, a la España musulmana. Las instituciones se tratan dentro del encuadramiento de la Historia general.

Los trabajos relativos a problemas particulares de historia jurídica son, asimismo, bastante escasos. Anotemos un artículo publicado en francés por el distinguido historiador español F. Valls Taberner con el título de *La Cour comtale barcelonaise* (*Revue historique de Droit français et étranger*, 1935, págs. 662-682). La *Curia comitis* de Barcelona, conocida desde la segunda mitad del siglo XI, es imitada en la Corte de los Reyes Capetos, conectándose con las que se forman hacia el mismo momento histórico en distintas comarcas de la Francia feudal. En esencia, la Curia es un Tribunal. Muy pronto se distingue y diferencia de la Asamblea de los grandes o magnates, dotada de competencia especialmente legislativa. En el siglo XII toma el nombre latino de *Curia*, en romance *Cort*. Sus atribuciones administrativas se ampliaron entonces de modo bastante considerable. Desde el reinado de Alfonso I (1162-1196) la Corte de Barcelona, como resultado de la unión con Aragón, se convierte en una *Curia Regis* y substituye como órgano legislativo a la antigua Junta de magnates o Asamblea Nobiliaria. Esta evolución habrá de traer, a comienzos de la centuria XIII, la constitución de las Cortes, integradas con representantes de la clerecía, de la nobleza y de las ciudades.

En la misma revista (1936, págs. 255-301), A. E. Sayous ha publicado un trabajo, cuyo contenido bastantemente lo indica la longitud de su intitulación: *Les méthodes commerciales de Barcelone au XV siècle, d'après les documents inédits de ses Archives. La Bourse, le prêt et l'assurance maritime, les Sociétés commerciales, la lettre de change, une Banque d'Etat*. Aunque el trabajo se haya enfocado en el campo de la técnica de los negocios, el autor presenta abundancia de datos interesantes para el historiador mercantilista. Este provechoso trabajo se relaciona con una serie completa de publicaciones anteriores de Sayous acerca de materias análogas, constituyendo su reunión una notable aportación a la historia del Derecho mercantil de Cataluña. Estos trabajos son: *Les méthodes commerciales de Barcelone au XIII siècle d'après des documents inédits des Archives de sa Cathédrale* (*Estudis Universitaris Catalans*, t. XVI), *Les méthodes commerciales de Barcelone au XIV siècle* (Ibid, t. XVIII), *Un contrat de Société de 1336 à Barcelone* (*Ann d'hist. econ. et soc.*, 1934), *Note sur l'origine de la lettre de change et les débuts de son emploi à Barcelone* (*Rev. His. de Droit fr. et étrang.*, 1934). El autor del presente artículo ha integrado las instituciones mercantiles de Barcelona en el conjunto de la historia comercial catalana en dos trabajos intitulados: *La place de la Catalogne dans l'histoire commerciale du monde méditerranéen*, I, antes de 1300; II, desde 1300 a 1500 (*Revue des Cours et Conférences*, París, 1938, pá-

giras 586-606 y 737-754). Cf. también nuestro artículo *The rise of Spanish trade in the middle ages* (*Economic History Review*, 1940, págs. 44-59).

Hemos dedicado un artículo crítico a los trabajos de historia urbana y a determinados problemas del Derecho urbano, con el título de *L'histoire urbaine dans la Péninsule Ibérique* (*Revue belge de Philologie et d'histoire*, t. XV, 1936, páginas 1.142-1.166). Sin colocarse como nosotros en el campo históricojurídico, la señora A. Lombard-Jourdan, en el trabajo titulado *Les études d'histoire urbaine en Espagne* (*Bulletin hispanique*, t. XL, 1938, págs. 297-305), nos ofrece provechosas indicaciones sobre algunas importantes herramientas laborales.

En el *Recueil de la Société Jean Bodin pour l'histoire comparative des institutions* (Bruxelles, 1937, págs. 165-198) hemos estudiado *La condition des populations rurales dans l'Espagne medievale*. En el mismo *Recueil* (1938, págs. 233-243) hemos publicado una nota sobre *Quelques aspects de l'histoire de la tenure au Portugal*, advirtiendo que en la página 240, línea 17, hay que leer "posible" en lugar de "probable", cambio que altera bastante el sentido del texto.

Traemos indicaciones para interpretar algunos pasajes legislativos castellanos, catalanes y portugueses en dos artículos consagrados a problemas históricoeconómicos, y titulados: *Contribution à l'étude de l'expansion commerciale de la draperie flamande dans la Peninsule Iberique au XIII siècle* (*Revue du Nord*, t. XXII, 1936, págs. 5-20) y *Draps des Pays-Bas et du Nord de la France en Espagne au XIV siècle* (*Le Moyen Age*, 1937, págs. 21-36). Y para terminar mencionaremos un artículo nuestro sobre *La grande peste de 1348 en Espagne, Contribution à l'étude de ses conséquences économiques et sociales* (*Revue belge de Philog. et d'Hist.*, t. XVII, 1938, págs. 103-146), en el que estudiamos las providencias legislativas que los distintos Gobiernos españoles adoptaron en aquel momento.

Aunque no viene en nuestro intento señalar los documentos publicados, raros por demás, querriamos, sin embargo, para terminar, que el lector fijara su atención sobre los *Trois documents pour l'étude de l'administration interieure du royaume d'Aragon*, publicados con jugoso comentario por la señora G. Vilar-Berrogain en el *Bulletin Hispanique*, 1935, págs. 309-328, y 1936, págs. 272-294. Estos textos iluminan la historia de las instituciones administrativas y rentísticas en los reinados de Alfonso V y Juan II.

#### LA INVESTIGACION HISTORICOJURIDICA ITALIANA DURANTE LOS AÑOS 1935-1938

Profesor SERGIO MOCHI ONORY.  
Ordinario nella Università Cattolica di  
Milano.

No puede ponerse en duda la oportunidad de publicar en este ANUARIO—harto conocido ya por nosotros los italianos que con gran atención lo hemos seguido desde su aparición—una crónica de la actividad desarrollada en el sector de la historia del Derecho italiano durante el cuatrienio 1935-1938 para que nuestros amigos españoles queden enterados de nuestra labor en los últimos años mientras toda su energía se entregaba a la defensa y renovación de la Patria.